

## **Mulheres e Jovens : para além dos valores de mercado, o sentido da vida.**

Aline Vieira Poletine.<sup>1</sup>  
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante.<sup>2</sup>

“A verdade é que, depois de séculos de modernidade, o vazio do futuro não pode ser preenchido nem pelo passado nem pelo presente.  
O vazio do futuro é tão-só um futuro vazio.  
Penso, pois, que, perante isso, só há uma saída: reinventar o futuro, abrir um novo horizonte de possibilidades cartografado por alternativas radicais às que deixaram de o ser.”  
Boaventura de Sousa Santos, Pela mão de Alice, p.322

### **Olhar os cenários**

Olhando os temas de minha monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais “Assentamentos de Reforma Agrária na região de Araraquara: vida, educação e relações de gênero” entregue à Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara e também os frutos da minha experiência como pesquisadora do NUPEDOR-Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Unesp-UNIARA), que acompanha o desenvolvimento dos PA’S de Araraquara desde as primeiras articulações para sua criação há mais de vinte anos, vejo na

---

<sup>1</sup> Pesquisadora bolsista I.C- Cnpq do NUPEDOR- Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente- UNIARA, formação em Ciências Sociais.

<sup>2</sup> Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Uniara e do NUPEDOR.

complexidade e na história do cenário alguns caminhos possíveis para incluir as comunidades assentadas nas realidades que giram em torno dos mercados agroindustriais regionais. As propostas e políticas públicas que reforçam o sentido da cidadania e da participação na vida social da cidade mostraram-se caminhos que, sob diferentes perspectivas, abrem o leque de possíveis projetos futuros.

Quando falo de políticas públicas tomo a definição da professora Delma Pessanha Neves, no evento Impasses e Dilemas da Política de Assentamento, ocorrido em setembro de 2005. A definição propõe problematizar as idealizações acerca do modelo estatal de projeto de assentamento, isso significa entender essa política através das arenas que por elas e nelas se constituem para compreender seu jogo de forças<sup>3</sup>. Esse conhecimento inter-relacional, “molhado” de intuições, porém, de razão também, tem qualidade diferente do conhecimento que se tem do objeto apreendido pelo esforço da curiosidade epistemológica, reconhecer como conhecimento, o relacional, é projeto de indiscutível valor e importância (FREIRE, 2001).

Estratégias de vida são um importante instrumento analítico para dimensionar o viver nos assentamentos. Os impactos regionais são construções sociais densas e mutáveis daí a importância do uso de técnicas alternativas de coleta de dados e de olhares atentos à construção da paisagem a partir da ação dos assentados.

A arena Araraquara, embora não tenha sua história tão fortemente marcada pela “grande fazenda” (Whitaker,1984), já que em sua região as sesmarias se fragmentavam entre muitos herdeiros e compradores, acabaria apresentando forte concentração da posse da terra após a implementação do Pró-alcool que levou à substituição das “haciendas” de café pela “plantation” de cana. (Whitaker,1984). Essa concentração fundiária acirra ainda mais o jogo de forças e faz crescer as teias de interesses na Reforma Agrária e conseqüentemente nos PA's. A cultura da dádiva sempre existiu entre o poder local e os assentamentos, dessa forma, entendemos por “campo” o espaço social especializado no qual se defrontam agentes sociais que trocam relações de força em busca do poder ou da hegemonia sobre um capital específico em disputa (FERRANTE, 2003).

Depois do êxodo, já na década de oitenta, teve início o movimento de retorno à terra em grupos organizados em diversas associações. Essas pessoas são, no caso do assentamento da Fazenda Monte Alegre, trabalhadores que sob

---

<sup>3</sup> Neves, D.P. “*A Reforma Agrária Esforçada*”.

o impacto da modernização na agricultura perderam seus empregos e uniram-se ao movimento insurrecional dos trabalhadores volantes. Na fazenda Bela Vista, os envolvidos são ex-trabalhadores da Usina Tamoio e pessoas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o STR.

Os assentados e o poder local tecem relações econômicas, culturais e políticas que expressam diversos impasses dos modelos propostos pelos processos da Reforma Agrária porque no campo existem outras realidades que não se pautam no discurso do agronegócio. Assim, a inserção regional dos assentamentos obedece a uma lógica própria, através da qual novas formas de poder e cultura política surgem a partir da implementação ou não de projetos e políticas públicas voltadas para o campo, dependendo do impacto desses diferentes projetos e compromissos na trama de interesses que envolvem a agricultura familiar e o capital agroindustrial, eles podem inclusive se apresentar como alternativas de sustentabilidade buscadas na relação com o entorno, ou por outro lado, como dilema no processo de construção de uma identidade comum, já que dividem posturas e opiniões<sup>4</sup>.

O certo é que essa regionalização dos processos é indicadora da atenção que vem sendo dada aos grupos caracteristicamente diferenciados e às práticas solidárias, principalmente na economia e na educação com práticas e valores que estimulam a independência, a competência e o saber.

### **Mulheres Assentadas em busca de Liberdade Política e Qualidade de Vida**

Nesses vinte anos de história, de todas as formas de lideranças que surgiram dentro das comunidades, o destaque é das mulheres, que lutaram por direitos básicos como saúde, educação, alimentação, água, luz e moradia. As que estão há mais tempo nos P.A's e viram tudo acontecer dizem que a vida em vista do que era no começo melhorou, e mais do que isso, mudou muito ao longo desses anos, no começo elas nem eram enxergadas como sujeito nos P.A's nem podiam ser titular do lote, a não ser as exceções como viúvas, solteiras ou quando era provada a incapacidade do marido; desconheciam as regras de financiamento, crédito e mercado; as decisões sobre a produção nem passavam perto delas e sem ser titulares não podiam pedir crédito.

Em compensação, elas sempre foram e cada vez mais essenciais para a preservação dos laços de amizade da comunidade que é a manutenção das redes de sociabilidade e dos códigos de reconhecimento social, o que chamamos identidade da comunidade. As atribuições masculinas e femininas nunca tiveram fronteiras rígidas, e a tendência está sendo de maior colaboração entre homens e mulheres na definição do futuro do lote.

O esforço de todos para criar condições de ficar no assentamento é grande. Até hoje, poucos produtores e famílias tem condições de gerar renda suficiente para investir no lote, então vão buscar dinheiro trabalhando “fora” como safristas, domésticas, pedreiros e em outros serviços. No caso das mulheres, existe a agravante de seu trabalho ser visto muitas vezes como ajuda quando na verdade elas têm muito mais trabalhos e papéis e ainda aturam violências de gênero por conta da cultura patriarcalista.

Isso se inter-relaciona diretamente com a atribuição de diferentes papéis, exigências e expectativas às mulheres. O senso comum associa o acesso das mulheres ao título da terra à otimização da utilização de recursos em prol da qualidade de vida das famílias. Na verdade, sabemos que o bem estar e a condição de agente estão juntos muitas vezes, mas são responsabilidades bem diferentes, a unidade de propósitos pessoais e coletivos não se dá por maior utilização de recursos e sim pelo aumento da importância social dos papéis da mulher.

Vemos, nas trajetórias, as assentadas mostrando cada vez mais responsabilidade e traquejo na realização de projetos e iniciativas que seguem na linha da sustentabilidade e também na administração e manutenção do cotidiano do lote. As mulheres destacam-se em espaços como o Centro de Desenvolvimento Comunitário (CDC) Bela Vista do Chibarro e o Centro de Desenvolvimento e Integração Rural (CEDIR), que abrangem os moradores do assentamento Monte Alegre e do distrito de Bueno de Andrade e também no Orçamento Participativo Municipal, que envolve assentamentos, pequenos produtores rurais de toda a cidade.

O Orçamento Participativo (O.P.) foi criado em 2001, mas já vem sendo desenvolvido desde 1996. Nas reuniões que acompanhamos e nas entrevistas que realizamos, podemos destacar a presença feminina desde sua proposta, não apenas na participação nas reuniões, como também na sua disposição para se eleger como delegada, ou seja, representante da sua Região nas demais reuniões que se sucedem para definir os repasses de investimento do orçamento da prefeitura<sup>5</sup>. Nestas instâncias deliberativas, que elas foram aprendendo sobre a distribuição dos recursos da prefeitura, as carências da cidade, o poder decisório, a luta pelos direitos, os conflitos, pois ao se decidir prioridades acabam-se deixando de lado outras melhorias que também são necessárias.

Além disso, iniciativas como a Feira do Produtor, que acontece na Praça Pedro de Toledo e as barracas Direto do Campo que ficam no terminal de integração dos ônibus, contribuem para o contato e aproximação campo-cidade. A Feira acontece todos sábados de manhã e a prefeitura disponibiliza um

---

<sup>5</sup> Nas reuniões que tiverem um número maior de representantes/delegados terão maior possibilidade de conseguir o recurso para a melhoria da sua região.

caminhão para levar os produtos e um ônibus para levar os agricultores. Observamos que algumas mulheres ajudam na preparação dos produtos para levar à feira, acompanham seus companheiros na armação das barracas, nas vendas dos produtos e na arrumação das caixas e das barracas para retornar ao assentamento.

Nesta feira, a barraca dos pães e bolos é de duas mulheres do assentamento Bela Vista. Elas, com recursos do governo do Estado, conseguiram adquirir formas e utensílios de cozinha e um forno para assar os pães. Como não possuem um espaço para a produção desses produtos, elas utilizam a cozinha da escola do assentamento, nos disseram que estão reivindicando junto ao INCRA um espaço (uma casa não utilizada) na agrovila para montar a padaria, mas até o momento não tiveram nenhum retorno. Segundo elas, a aquisição desse espaço poderia gerar outros empregos no assentamento, pois só as duas não conseguem dar conta da demanda, se conseguissem este espaço elas poderiam pegar um financiamento no banco para estruturar a padaria, pois certamente teriam um retorno das vendas dos pães, bolos, doces, etc., e poderiam pagar o empréstimo.

Na barraquinha de pastel, a moça diz que é um dinheirinho que entra para aumentar a renda familiar. Ela também é uma pessoa articuladora das mulheres da comunidade e se preocupa com a educação dos filhos e com o retorno do cursinho pré-vestibular no assentamento<sup>6</sup>. Sobre suas aspirações futuras, ela nos relatou sua grande vontade de fazer o curso de Pedagogia, ela disse que, este ano perdeu a data para conseguir a bolsa do ProUni<sup>7</sup>, mas que no próximo ano tentará novamente.

Esses exemplos estão presentes em toda a história do assentamento, são manifestações de recusa ao modelo que o INCRA e outros órgãos estaduais reproduzem e que seguem o viés patriarcal. A mulher, desde que esteja numa posição de necessidade, assume todas as tarefas de um chefe de família. No entanto, não encontram espaço para terem no assentamento, reconhecidos seus direitos. De outra forma como explicar o descaso do Incra para com a reivindicação dessas senhoras que querem melhorar suas condições e a de outros do assentamento.

---

<sup>6</sup> O projeto dos cursinhos populares no campo funcionou em 2004 e 2005 em parceria com o CCDR (Centro Comunitário de Desenvolvimento Rural), com o CUCA (cursinho popular do município), a escola Filadélfia, o Educafro(CTA/DAAE), e outras entidades num total de quinze salas distribuídas pelo município, duas delas nas escolas do assentamento Bela Vista e do assentamento Monte Alegre, que atualmente não existem mais pois objetivo do projeto, segundo a gestora, é formar indivíduos aptos a competir no mercado de trabalho o que, claro, não aconteceu nos assentamentos, estamos tratando de realidades distintas.

<sup>7</sup> Programa do governo federal para distribuição de bolsas parciais ou totais em instituições privadas de ensino superior.

## **Lugares diferenciados de discussão e decisão**

Atualmente evidenciamos uma melhor participação, mais ativa, pois nas primeiras plenárias as pessoas ficam tímidas, depois que vão conhecendo na prática como as coisas funcionam as articulações para aprovar prioridades vão sendo feitas. É nessa hora especificamente que elas se destacam e não nos momentos de discurso. Em uma entrevista realizada em março de 2005 com a agente Meire, representante do O.P. da prefeitura, ela nos relata:

“[...] no assentamento, a mulher acaba participando mais do Orçamento Participativo e sendo delegada, porque o homem ele tá em qual discussão? Ele tá na discussão com o INCRA, ele é que vai pra São Paulo, ele é que vai pra Brasília, é ele que cuida dessa relação enquanto terra, não é? Então, eu homem invado a terra, então, eu homem discuto com esses aí... e a mulher por conta de ser responsável lá pelo lote, pelos afazeres do lote, ela acaba indo pras reuniões do OP, não é? Porque o homem já está em outra discussão, ele já tem uma outra discussão [...] No assentamento tem outros espaços que são essas discussões com o Itesp, com o INCRA, são as discussões com o Desenvolvimento Agrário, que o homem acaba despontando, não é?

(Entrevista realizada em março 2005)

Com o maior engajamento dessas agentes nas reuniões e articulações do OP, elas passam a participar ativamente dos processos de elaboração das políticas voltadas para o assentamento. Enquanto isso, os homens se envolvem mais com os âmbitos das políticas nacionais da Reforma Agrária, como assuntos ligados, por exemplo, aos financiamentos.

Essa separação é fruto da situação, ela não é nítida e nem poderia, pois em sua subjetividade os casais e os amigos discutem suas opiniões. Essa situação evidencia a presença da mulher nas expressões de recusa ao modelo estatal, pois é no cotidiano das estratégias familiares que elas disseminam solidariedade na construção de um espaço melhor para todos, recuperando dimensões de uma sociabilidade própria das comunidades rurais tradicionais, tais como relações de compadrio. O depoimento explicita a afinidade de cada gênero:

“Uma vez nós tivemos uma reunião em São Paulo com o INCRA, que nós chamamos todos, só foi homens, não foram mulheres. Olha que são mulheres do Pontal, mulheres que são mais organizadas, mesmo assim não foram. Então é essa a relação..., não significa que os homens do Bela Vista e do Monte Alegre não tenham a interesse no O.P., eles são machistas e não vêem os espaços do Orçamento Participativo como de poder.” (Entrevista realizada em mar/2005).

Enquanto isso elas vão experimentando as alternativas e reordenando a produção, a produção de subsistência, por exemplo, tem lugar garantido nos quintais dos lotes de moradia que mulher tem para se preocupar com isso e vão recriando projetos e buscando parceiros na tentativa de uma comunidade mais flexível. As atribuições masculinas e femininas não têm nem nunca tiveram fronteiras rígidas. Outras instâncias de poder deliberativas são as reuniões temáticas, direcionadas a um público específico, como jovens, idosos, afro-descendentes e mulheres. Discutem-se as prioridades e temas como geração de trabalho e renda, educação, lazer, dentre outros. Nessas reuniões geralmente as prioridades votadas são de geração de trabalho e renda, programa de saúde da mulher, o restaurante popular e um espaço diferenciado para deixar seus filhos. Na última votação da Plenária Temática da Juventude, uma das prioridades votadas pelos jovens foi a construção de uma quadra poli esportiva.

Nas idas a campo vimos que, fora o trabalho e as atividades ligadas à escola, as opções de lazer são a “pelada” e a pescaria, coisas de homem, por isso a preocupação especial das mulheres com o que pode gerar a carência de lazer, educação e falta de diversão, pois seus filhos buscam tudo isso fora do assentamento, fora de casa. Mesmo as que não se destacam como agentes públicos fazem, a todo o momento, uma revolução silenciosa. De acordo com Ferrante: “a mulher é distribuidora do principal bem que a população assentada dispõe: o alimento. Sua capacidade administradora e de ação é inquestionável. A mulher, desde que esteja numa posição de dificuldade assume todas as tarefas de um chefe de família. (FERRANTE, 1999)”.

A opção de viver no campo num projeto de assentamento é só o primeiro desafio de muitos que elas enfrentam ao longo de suas trajetórias. No Brasil o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais ficou autônomo apenas a partir de 1989, até então do ponto de vista legal elas não tinham representatividade, essa frustração com sua participação nos sindicatos (espaços tipicamente masculinos) incentivou a busca pela emancipação feminina. O MMTR apesar de articulado não se subordina os outros movimentos como o MST, por exemplo.

### **Juventude Rural: sofridos produtores em busca de novos caminhos**

Afirma-se que o futuro dos assentamentos depende, basicamente, das decisões dos jovens de continuar ou não nas experiências de Reforma Agrária. Estigmas do desinteresse dos jovens rurais pela terra aparecem erroneamente associados ao diagnóstico de fracasso das políticas públicas de assentamento, quando na verdade os problemas sociais relacionados à juventude rural é que são tratados com pouca iniciativa de solução.

A negação de acesso aos mercados de trabalho, produtos e serviços está entre as privações enfrentadas por muitos “pequenos pequenos”<sup>8</sup> agricultores sujeitos às organizações e restrições tradicionais, faltam instrumentos de apoio como tecnologia, qualificação profissional, organização da produção, além de saúde, educação, moradia e lazer. A solução para esse problema está na inclusão de toda a comunidade, mas principalmente dos jovens com projetos específicos, da região e seu entorno nos diversos âmbitos da vida social, envolvendo todos na construção de um lugar bom para os jovens semearem seus sonhos de “desenvolvimento como liberdade”, ou seja, desenvolvimento como processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam<sup>9</sup>.

São os que mais freqüentemente vão procurar atividades “extras”, para ajudar no problema da falta de dinheiro para investir na diversificação da produção e no cotidiano do lote, o que demonstra a grande responsabilidade deles em contribuir nas estratégias familiares de permanência na terra.

Dentre os inúmeros dilemas de identidade que podem ser analisados, destacam-se: forte circulação desses jovens em diferentes espaços urbanos e rurais; relações com a terra e com outras possibilidades de inserções dos jovens na escola e no trabalho; poucas perspectivas apresentadas pelas políticas públicas para valorizar a permanência e o crescimento profissional dos jovens nos/atraves dos assentamentos.

A pesquisa tem demonstrado que o movimento de saída dos jovens do assentamento não tem um crescimento linear e mesmo os que saem não passam necessariamente por um desenraizamento. Mantêm-se formas de continuidade, pela significativa participação dos filhos não apenas no trabalho, gerenciamento e organização, mas nas demais decisões familiares. Principalmente para o assentado mais jovem e carente de recursos financeiros, o desenvolvimento social do seu lugar depende das oportunidades locais, da política, dos poderes sociais, das condições de saúde e educação, do incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas, numa relação de participação de tomada de decisões. A inter-relação entre todos esses aspectos traz o significado do desenvolvimento sustentável nessas comunidades

### **Escolas do Campo: “semente que se torna planta pelo cultivar”**

“A superação das injustiças só pode se dar nas condições materiais da sociedade e é na subjetividade histórica que encontramos a possibilidade de

---

<sup>8</sup> Muitos jovens apesar de contribuírem orçamento familiar não completaram a maioria, muitos ainda estão no começo da adolescência.

<sup>9</sup> SEN, A.K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

rompermos com a estagnação da concepção mecanicista de mundo. Assim, a educação não é e nem poderia ser neutra, ou ela se dispõe a transformar criticamente as pessoas e as situações, ou vai perpetuar estruturas desumanas que subjagam os que não dispõem de privilégios classistas” (FREIRE, 2001).

Qual o projeto nos diferentes âmbitos da vida social para a juventude rural? Questionar o que é a escola rural e o que verdadeiramente a comunidade gostaria que ela fosse foi o começo da efetiva re-caracterização da cultura e da educação no campo em Araraquara. Como terá sido seu cultivo?

As escolas rurais aparecem no fim do séc XIX como forma de “domesticação” do trabalhador; na década de 30, século XX, servia para estancar o êxodo rural e preparar para o trabalho duro da construção do desenvolvimento; de 40 a 60 a alfabetização dos jovens e adultos foi o buraco do passado tapado com políticas assistencialistas, os caipiras eram vistos como atrasados e incultos. Nos anos 60 surgem os programas organizados pelo MEB (Movimento de Educação de Base) com o conteúdo da Pedagogia Libertadora, as elites medrosas, em 1964 deram golpe e com os militares no poder acabou a educação rural, que só voltou à cena no fim da década de 70, ou seja, longo período de atraso no sistema educacional brasileiro e a verdade é que nunca houve um comprometimento com os que vivem, estudam e trabalham no campo e, só nos anos 90, temos debates em torno da problemática escola/educação do campo.

O estímulo federal à criação de redes de ensino próprias dos municípios, aumentou a responsabilidade das prefeituras nas questões locais. Em 1998, com a implementação da lei do FUNDEF, Araraquara optou por criar sua própria rede em regiões não atendidas pelas escolas estaduais. Surgiram assim as Escolas Municipais de Ensino Fundamental, no mês de agosto do ano seguinte efetivou-se a transferência dos prédios, professores e alunos do Estado para o município. Houve todo um período de adaptação e exame das necessidades do município, até que em 2002 surgiu o Projeto Escola Interativa do Campo e criaram-se então três escolas rurais: E.M.E.F. Eugenio Trovatti, no distrito de Bueno de Andrade; E.M.E.F. Maria de Lourdes da Silva, no assentamento Monte Alegre e a E.M.E. F Hermínio Pagotto , no assentamento Bela Vista do Chibarro. Hoje, as Escolas do Campo de Araraquara estão entre as vinte melhores escolas rurais de ensino fundamental do país, em 2005 ficou em segundo lugar na avaliação do governo federal.

A luta pelas políticas públicas que efetivaram a prática do direito à educação no campo na região foi norteadora na caracterização da comunidade. A perspectiva de trazer a educação para a reflexão de todos os sujeitos envolvidos buscou concretizar um projeto educativo produtor de uma pedagogia específica para possibilitar o pleno desenvolvimento facultativo da criança em seu meio. Essa alternativa respeita o sentido de aumentar a cidadania no campo

e a diversidade que compõe as comunidades, o que vem contribuir com a qualidade de ensino no campo. As mulheres têm idéias e sugerem caminhos fundamentais para as conquistas principalmente no que tange as áreas de saúde e educação, mostrando a importância dos moradores do assentamento estarem participando das atividades na escola.

Contudo, apesar do projeto Escola do Campo ter avançado em sua primeira etapa, pois com as escolas muitos alunos que estavam cursando o ensino fundamental na cidade puderam optar por estar no assentamento, ainda não foi apresentada nenhuma proposta de continuidade para o processo de aprendizagem. Um jovem trabalhador só consegue concluir seu estudo médio fora do seu local de trabalho. Vem daí a dicotomia entre teoria aprendida na escola e práticas diárias, são cotidianos distintos.

Sob o sonho que os impulsiona para a escola já pesa a impressão de não poder cursar o superior, sem dinheiro para pagar uma faculdade particular e sem tempo e condições de estudos para conseguir entrar numa faculdade pública. Os pais, principalmente as mães, fazem questão que os filhos estudem para não passar por tantas dificuldades na vida, mas a verdade é que a vida está cada vez mais difícil para todos e os pais precisam que os filhos ajudem no trabalho familiar. A pluriatividade é uma estratégia da família<sup>10</sup>, por isso a proposta da Pedagogia da Terra é educar procurando fortalecer os estudos, a vida e o trabalho juntos.

Nas entrevistas realizadas com algumas dessas mães que estão mais presentes na escola elas nos relataram a importância dessa participação e do maior envolvimento da comunidade.

“[...]eu acredito que essas crianças não sairão do assentamento. Se elas tiverem também um subsídio, depois de sair da escola, de toda uma formação agrícola; de ser engenheiro; de ele mesmo ser o veterinário que vai cuidar do seu lote, n/é, ele ser agrônomo, é isso que temos que incentivar, que esses jovens possam ser agrônomos, para que eles não tenham que depender do Estado para cuidar do seu lote[...]”(Entrevista realizada março de 2005).

Desenvolver metodologias coerentes com projetos político-pedagógicos voltados à aprendizagem específica de grupos caracteristicamente diferenciados, que possuem necessidades peculiares e “saberes” próprio requer flexibilidade para a mudança do pensamento educacional sobre o meio rural. Os princípios e valores que nortearam o plano e a elaboração do projeto de Escolas do Campo em Araraquara podem auxiliar na elaboração de metodologias e nas práticas educacionais, além de mobilizar pessoas em prol da luta coletiva com responsabilidades tão particulares.

---

<sup>10</sup> A pluriatividade consiste na atividade dos membros da família em serviços agrícolas ou não fora do estabelecimento familiar.

Destaque da expressão “do campo” ressaltando a importância da luta nacional “Por uma Educação do Campo” que está envolvendo diversos movimentos sociais do campo na luta por uma educação diferenciada que valorize os saberes, a cultura e resgate a identidade desses povos para que os educandos percebam o campo como um lugar produtivo, de diversidade e que, portanto, rompam com as históricas dicotomias de moderno/atrasado, rural/urbano, entre outras (BASTOS; OLIVEIRA, 2004).

### **Dimensão do futuro**

O diálogo entre o futuro da Reforma Agrária e a atual situação dos P.A's, no sentido de banir as incoerências com provas presentes no cotidiano dos assentados, é fundamental para a construção de cidadania e de respeito às liberdades. A história nos mostra possibilidades reais de mudanças, porém, essas mudanças não acontecem de forma espontânea. Entram em jogo de expectativas e idealizações. Por parte do Estado segue-se uma complexa metodologia dirigida à construção dos assentamentos e à orientação dos padrões de sociabilidade e de organização onde o assentado na prática “está reduzido ao silêncio, porque excluído do debate que o torna personagem social e político”<sup>11</sup>

Quando nos entendemos, não apenas condicionados, mas também condicionantes de nossa realidade, mesmo que saibamos da importância organizacional da produção social vigente em nossa sociedade, percebemos nossa autonomia para pensar e decidir sobre nossas posturas (FREIRE, 2001). O futuro problemático que nos aguarda nos faz assumir responsabilidades para com a sustentação da posteridade. Essa atmosfera de pensamento que está em tudo também está sendo percebida nos assentamentos da região de Araraquara.

Nesse caso, a sustentabilidade está diretamente ligada ao respeito às diferenças entre o que há entre os gêneros, canalizando o que cada um tem de melhor para criarem meios e metas para a agricultura familiar. Não é apenas dinheiro, é incentivo e interapoio<sup>12</sup> às mulheres que tenham potencial para auferir renda independente; encontrar emprego fora de casa; ter direitos de propriedade; ser alfabetizada. Muito do significado do interapoio só pode ser encontrado em aspectos subjetivos da realidade. Nas falas e depoimentos encontram a missão e a vocação das diferentes categorias assentadas para exercer determinadas lideranças, participar e intervir nos espaços de sociabilidade. A

---

<sup>11</sup> NEVES, D. P. *Reforma Agrária: Idealizações, Irrealizações e Plausibilidades*. Reforma Agrária, Campinas, ABRA, n°1, vol.25, Jan/Abril/95.

<sup>12</sup> Interapoio é o incentivo à maior comunicação entre todos os agentes envolvidos, respeitando a unidade e as interações entre os mesmos.

linguagem oral nos permite reconstruir através da análise dos depoimentos uma representação da realidade. No caso das mulheres, essa opção metodológica é ainda mais importante pela riqueza de informações contidas na subjetividade das falas, ora ocultadas pela “invisibilidade” à qual elas estão sujeitas. Privilegiar aspectos subjetivos significa estar atento para a característica afetiva do ser humano, permitindo através da lembrança do passado, de certa forma revivê-lo, e, a partir disso, refletir e aprender/reaprender com as experiências passadas (HALBWACHS, 1990).

As configurações que surgem a partir daí nem sempre são objetivas. Em sua subjetividade, os projetos de assentamento mostram-se como espaços de diversidade e reconstrução cultural. O impacto dos diferentes projetos e compromissos na trama de interesses que envolvem a agricultura familiar e a sustentabilidade buscada na relação com o entorno dialoga com a construção da identidade deles, reciclando permanentemente os meios e modos de vida.

### **Referências**

ARROYO, Miguel G. e FERNADES, Bernardo M. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. Brasília – DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999. N° 2.

BARONE, L.A. Códigos tradicionais e estratégias familiares nos assentamentos. Retratos de Assentamentos- auto-retratos- Ano II, nº3. Araraquara: NUPEDOR/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/UNESP/Araraquara, 1995.

BASTOS, Valéria A. e OLIVEIRA, Tatiana de. A proposta de Educação do Campo das escolas rurais de Araraquara: destaque na construção da qualidade de vida. In: FERRANTE, V.L.S.B. (org.) Retratos de Assentamentos. Araraquara – SP: Nupedor/Unesp-Uniara, nº 9, 2004. No prelo.

BENJAMIN, C.; CALDART, R.S. Projeto Popular e Escolas do Campo, 2ªed., Brasília, DF, Articulação Nacional Por Uma Educação Básica no Campo, 2000. Coleção Por Uma Educação Básica no Campo, nº3.

BERGAMASCO, S.M.P.P., AUBRÉE, M., FERRANTE, V.L.S.B.(orgs) Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo, Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara, SP: UNIARA; São Paulo, SP: INCRA, 2003.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FERRANTE, V.L.S.B. Homens e mulheres nos assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural/SOBER. Foz do Iguaçu, 1999.

FREIRE, P. Pedagogia dos Sonhos Possíveis. FREIRE, A.M.A.(org), São Paulo, SP, Editora UNESP, 2001.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil, 30ªed., São Paulo, SP, Companhia Editora Nacional, 2001.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

KOLLING, Edgar J.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. (Org.) Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: Educação do campo: identidade e políticas públicas. Brasília – DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo nº 4).

SILVA, L.H. da; MORAES, T.C. de; BOF, Alvana M. A educação no meio rural do Brasil – Revisão da literatura. Grupo de Diálogo do Programa de Estudos sobre a Educação Rural/do Campo no Brasil. INEP/SEIF – MEC, 2003.

UNIARA, FEAGRI/UNICAMP, INCRA, 2003.

WHITAKER, D.C.A. Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes, Presidente Venceslau, SP, Editora Letras à Margem, 2002.